

Apropriação e uso do espaço urbano na cidade da Parahyba

Waldeci Ferreira Chagas*

Resumo

Neste trabalho, investigamos a Cidade da Parahyba durante as três primeiras décadas do século XX, e atentamos para as formas como as elites e as classes pobres vivenciaram o processo de urbanização/modernização pelo qual essa urbe passou. A manutenção dessa perspectiva de compreensão e de apropriação da cidade implicou na disciplinarização do uso e permanência no espaço público, de forma que a modernização se mantivesse e as elites pudessem mostrar o quanto eram modernas. Não demorou e a rua deixou de ser o lugar de todos os homens e de todas as mulheres, e passou a ser de alguns, o que implicou no afastamento das classes pobres para os arredores da cidade, uma vez que suas práticas e costumes foram considerados incompatíveis com a nova paisagem urbana que a cidade passou a apresentar.

Palavras-chave: cidade, espaço urbano, urbanização.

Abstract

In this paper, we have investigated the City of Parahyba during the first three decades of 20th century, between, focusing on the way the upper class and the poor class experienced the urbanization/modernization process this city has undergone. The perspective of understanding the city and taking possession of it implied the discipline of use and permanence in public space, in a way that the modernization would be kept and the upper class could boast about how modern it was. Soon the streets, once for all men and woman, became a privilege for only a few, implying the transference of poor classes to the outskirts of the city, since their way of life and customs became incompatible with the new city design.

Key words: city, urban space, urbanization

A perspectiva de manter o centro da cidade salubre e higiênico resultou na aplicação de algumas medidas cujo intuito era conter as classes pobres, o que nem sempre foi possível, sobretudo porque os estivadores, arrumadores e cabeceiros estavam sempre presentes nos espaços nobres da cidade devido a força das tarefas por eles exercidas e demandadas pelos proprietários de lojas, armazéns e depósitos de mercadorias. O sobe e desce desses homens entre a Cidade Alta e Cidade Baixa e o seu vai-e-vem por entre as ruas da área central, carregando caixas, pacotes e fardos de algodão para os depósitos possibilitaram-lhes relacionar-se com a cidade. Mesmo que os médicos e delegados desejassem-nos distantes ou tenham definido as ruas onde eles poderiam erguer suas casas, essa determinação foi quebrada, e ao espaço de morar incorporou-se o de trabalho e da diversão, o dos momentos de extravasamento das tensões e da exploração cotidiana. O olhar com o qual as elites enxergavam as Ruas da Raposa, da Medalha e do Melão, logo se estendeu à Rua Sá Andrade.

* Professor da UEPB – Campus de Guarabira, Doutor em História pela UFPE.

Essa rua era o local onde os estivadores, cabeceiros e arrumadores transitavam nos momentos em que carregavam, descarregavam e distribuíam os produtos comercializados pelos donos de lojas, armazéns e depósitos. Tratava-se de homens considerados pela imprensa e pelos policiais como arruaceiros e baderneiros, sobretudo quando os motivos eram as reivindicações salariais. As autoridades policiais se mantiveram atentas porque nela se instalaram várias casinhas de porta e janelas onde funcionavam os bordéis e onde, até as altas horas da madrugada, ocorriam os forrós e outros ritmos populares. Era para lá que os estivadores, cabeceiros e arrumadores acorriam com o fito de se divertirem nos braços das prostitutas. A partir das seis horas da tarde, quando os armazéns e depósitos de estivas fechavam suas portas, a Rua Sá Andrade assumia outro ritmo; não eram apenas os homens que circulavam, um novo personagem entrava em cena. Logo após a lua e as estrelas darem os primeiros brilhos e o tom da noite surgir, das casinhas de porta e janela saíam as prostitutas. Não demorava e elas estavam na esquina, a flertar com os primeiros homens que procuravam um boteco para tomar uma pinga. Esse clima atribuía a essa rua outra condição, a de se transformar em espaço de circulação e diversão dos homens e mulheres pobres, e nela, os botecos, as bodegas e os bordéis eram comuns. Nos bordéis os homens tomavam uma pinga, e pagavam alguns vinténs por um pequeno quarto para desfrutarem alguns momentos de amor de uma prostituta. Outros varavam a noite num jogo de carta regado a conversa, risadas e muita cachaça. Enquanto isso, os boêmios roçavam seus corpos aos das mulheres em rodas de samba, maxixe ou forró que não tinham hora para acabar. O intuito dos delegados de polícia era impor as regras de funcionamento dos bordéis, o que se fazia determinando os horários de realização das rodas de sambas, dos forrós e das maxixadas, consideradas indesejáveis, pois era comum terminarem em brigas e confusões entre os freqüentadores.

Devido a isso, não é de surpreender que a imagem da Rua Sá Andrade considerada pelos jornalistas estava relacionada à desordem e à imoralidade; daí recomendarem às senhoras e senhoritas da sociedade, que, a partir do final da tarde, não trafegassem por essa artéria, sob pena de ficarem faladas, pois era o palco do pecado. Na compreensão dos jornalistas, a partir das seis horas da tarde, só transitavam na Sá Andrade mulheres e homens desavergonhados. Por isso, eles recomendavam às mocinhas que residiam nas proximidades que, antes das seis horas da tarde, se recolhessem às suas casas, sob pena de se depararem com as prostitutas e de ficarem faladas. A imagem formada em relação à Sá Andrade tornava seus personagens noturnos ainda mais preteridos pela sociedade; exigia-se por essa razão, que os delegados tomassem as devidas providências. Os momentos de entretenimento ocorridos nessa artéria tornaram-se incômodos para algumas famílias de comerciantes residentes nas

adjacências. Por isso, pediam providências à polícia. Esse episódio acabou por ser manchete no semanário católico, e nele o jornalista de *A Imprensa* assim se expressou:

peças residentes à Rua Maciel Pinheiro, também chamada das “Convertidas”, solicitam, por meio desta folha, providências imediatas da polícia a fim de pôr termo as exhibições inconvenientes de algumas mulheres levianas, residentes no prédio número 75, da Sá Andrade, próxima daquela artéria. Ao que sabemos, os prejudicados, as famílias, vêm-se forçadas a não chegar às janelas, por essa falta de decoro público. (grifo nosso) (*A Imprensa*, 16/03/1934, p. 01).

Esse tipo de denúncia é elucidativo da tentativa das elites de coibir as formas de diversão das classes pobres e de enquadrá-las no processo de ordenamento e uso do espaço público, que passava pela manutenção da ordem quando “constituído de várias estratégias de utilização originadas pela necessidade de agir das pessoas, pela sua preocupação em ganhar a vida, pelo seu prazer em gozar e pela vontade de alcançar um lugar na sociedade”. (SILVA, 1999: 44)

Os comerciantes desejavam afastar os trabalhadores da área central da cidade ou, pelo menos, que seus momentos de entretenimento tivessem hora para começar e terminar. Os jornalistas, ao se referirem aos freqüentadores da Sá Andrade enquadravam-nos num modelo de homem e mulher adequado ao processo produtivo, no qual a ociosidade e o uso da rua eram controlados de forma a não desestabilizarem a ordem tão sonhada pelas elites e disciplinarem o uso dessa artéria, quando o espaço público possui uma multiplicidade de uso e sentidos, os quais são definidos em função da cultura, dos hábitos e costumes dos diversos segmentos sociais. (CARLOS, 1999: 66-67)

Os trabalhadores (estivadores, cabeceiros e arrumadores) que freqüentavam a Rua Sá Andrade fugiam aos padrões estabelecidos pelas elites. Na compreensão delas, ao concluir suas funções no Porto, na Estação Ferroviária e nos Armazéns de mercadorias, eles deveriam seguir para casa, e não buscar os deleites proporcionados pelas prostitutas da Sá Andrade. Essa rua é por excelência o espaço da comunicação, daí a passagem por ela e a permanência nela serem obrigatórias, mas reprimidas. Quando se trata de ameaça à ordem, a permanência e a reunião dos sujeitos na rua era proibida; ela era interdita à comunicação e ao entretenimento público. Logo, freqüentá-la possibilitava aos diferentes sujeitos a condição de atores sociais e de pertencimento à cidade, quando as elites insistiam para que fosse apenas “a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo”. (LEFEBVRE, 2002: 29-31)

O constante movimento de entra e sai de homens e mulheres, conforme o jornalista denunciava, se estendia até as altas horas da noite, e era um inconveniente para as famílias

denominadas decentes residentes nas adjacências. Por outro lado, essa é uma evidência de que as classes pobres nem sempre se renderam às determinações e imposições dos delegados de polícia. Essa rua constituiu-se no espaço onde os estivadores, cabeceiros e arrumadores, à noite, não só extravasavam seus impulsos com as prostitutas nos bordéis, mas também se apropriavam da cidade, mesmo que fosse apenas por alguns momentos. Reiterando o desejo das elites por uma cidade civilizada e livre dos “maus hábitos e maus costumes”, o jornalista esperava que a polícia proibisse as mulheres da Sá Andrade de saírem à rua em horários indevidos, principalmente quando as famílias residentes nas proximidades dessa artéria ainda não se encontrassem recolhidas às suas salas e num tom moralista o denunciador afirmou:

as mulheres residentes no número 252 da Rua Sá Andrade viviam afrontando o decoro público com atos e palavras pornographicas. Naquela artéria, as famílias estão na dura contingência de não poderem chegar às suas portas porque as meretrizes das 18 horas em diante portam-se de maneira a impossibilitar a presença de famílias nas calçadas de suas casas. (A Imprensa – 02/01/1930 p. 01)

Conforme se percebe na nota acima, a intenção do jornalista era blindar a cidade civilizada, da Rua Sá Andrade fato pouco provável, por ela estar ao mesmo tempo integrada ao espaço comercial da cidade e ao cotidiano dos cabeceiros e estivadores. Ainda que as prostitutas só saíssem de casa à noite, não eram bem vistas. Esse tipo de comportamento é resultante da representação das elites a respeito delas, vistas como mulheres indecorosas, cujos gestos, formas de se vestir e de amar tornavam-nas incompatíveis ao que as elites julgavam fosse moderno, sobretudo porque contrariavam a família, instituição mantenedora e reprodutora do modelo de sociedade fundamentado na ordem. Afora isso, havia o fato de a prostituição ser utilizada “ocasionalmente pelas mulheres pobres como meio de sobrevivência, dada a condição de miséria econômica em que viviam”. Eis porque o fechamento dos bordéis e a prisão das prostitutas se constituíram numa prática comum na Parahyba, no início do século XX. (HAHNER, 1993:203)

Assim o jornalista de *A Imprensa* ao apelar às senhoras da alta sociedade que auxiliassem a família da Sra. Manuela da Silva afirmou que:

[...] a Dona Manuela como era conhecida na Rua da Raposa, viúva, não tinha condição de criar as três filhas jovens, apelava a dona de casa que as tomassem como serviçais, um gesto humano a que as pobres moças não se desvaírem nos atos incivilizados da serventia do corpo. (A Imprensa – 20/02/1930, p. 02.)

No geral, prevalece a compreensão das classes pobres como ignorantes, destituídas de hábitos e costumes civilizados, a entregarem as filhas às serventias do corpo, como meio de complementar a renda e assegurar a sobrevivência da família. O jornalista compreende tal

situação como uma opção e um gesto comum às mulheres pobres, quando, na verdade, era uma decorrência do modelo de sociedade instalado no Brasil que não contemplou a inserção dos mais pobres no processo de modernização. Conforme se evidencia na nota, a prática da prostituição, entre as famílias pobres, constituía-se um gesto de descumprimento das normas e valores sociais estabelecidos, uma prova do insucesso das elites no sentido de enquadrá-las no modelo burguês de mulher e família. As autoridades reprimiram com vigor e determinação, com o intuito de pôr fim a este expediente, uma vez que possibilitava ao homem conceber relações fora do casamento, um comportamento não permitido pela Igreja católica. Esta é também a razão por que os jornalistas sempre denunciavam as famílias suspeitas de tal prática. Vítima desse tipo de denúncia, a família do popular Aluisio Siqueira persistiu em contrário acerca da seguinte informação publicada no jornal *A Imprensa* quando disse: “na Rua Caetano Filgueiras, a casa de número 310 onde residem lindas moças e uma Senhora, não se sabe ao certo se são suas filhas ou inquilinas disponíveis aos divertimentos dos trabalhadores...” (*A Imprensa* – 02/07/1930, p. 2A).

O fato ocorrido levou a coluna “Queixas e Reclamações com a Polícia” a circular no dia seguinte, com nota na qual o jornalista se refez diante da denúncia divulgada no dia anterior. Assim se pronunciou o anônimo jornalista, responsável pela coluna e pelas denúncias de prostituição de mulheres na casa do Sr. Aluisio Siqueira:

a propósito do local que publicamos a respeito da casa da Rua Caetano Filgueiras, veio à nossa redação o Sr. Aluisio Siqueira, empregado da Empresa de Serviços Elétricos, que contestou os termos da referida nota. Em sua residência, segundo nos testemunhou o distinto Senhor, não funciona café de espécie alguma, sendo um honesto domicílio onde ele vive com a sua esposa e filhas. (*A Imprensa* – 04/07/1930, p. 2A.)

As denúncias de prostituição e a retratação publicada são elucidativas do papel da imprensa na construção das representações sobre os pobres e os espaços freqüentados por eles. Em um dia, a residência do electricista Aluisio Siqueira foi alvejada de adjetivos depreciativos, relativos à sua conduta e moral; ele foi acusado de abrigar mulheres indecentes e indignas do convívio social. No dia seguinte, passou a ser um lar habitado por uma família pobre, chefiada por um trabalhador que exercia suas funções na empresa de serviços elétricos da Capital.¹

Entre os pensadores da cidade *A Imprensa* foi quem mais se colocou a serviço das elites, em defesa dos valores morais tradicionais, e construiu uma imagem negativa dos pobres

¹ Analisando a cidade de Porto Alegre, Sandra Jatahy Pesavento atenta para o papel da imprensa na construção dos estigmas acerca de alguns lugares dessa cidade; uma prática que, conforme essa historiadora se consolida através dos termos pejorativos com que a imprensa se utiliza quando por ventura se refere aos bairros e lugares de diversão e entretenimento das classes pobres.

e dos seus espaços de entretenimento. Isso fez com que sejam percebidos como malditos, insalubres, insanos e transgressores da ordem, razão por que os jornalistas assumiram a condição de porta-vozes das elites e passaram a exigir do Estado e da Prefeitura a extinção de tais áreas da cidade, ou o afastamento dos seus moradores para distante do centro. Nessa perspectiva, o discurso jornalístico é portador de estigma pejorativo acerca dos lugares populares e da alteridade denunciada. Neste sentido, o jornal não apenas informa, mas, sobretudo, forma opinião e molda o cidadão, segundo um modelo pré-estabelecido pelas elites dominantes. A imagem acerca das classes pobres gerada fora do seu espaço de convivência cotidiana possui o sentido de negação. Mas não se trata da negação física, corpórea, mas da negação do sujeito histórico, o que se dá quando os jornalistas propagam uma imagem das classes pobres que nem sempre corresponde a realidade delas. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, tal processo é transmitido através da linguagem, e ocorre na cidade porque esta é um espaço social, e, como tal, possibilita uma relação de poder. (PESAVENTO, 1999: 195-216)

Para justificar a ação dos delegados de polícia em defesa da ordem, a legislação se estabeleceu como complementar, uma vez que, ao Chefe de Polícia ou a qualquer outra autoridade jurídica, juiz de direito e juiz municipal, cabia o dever de conceder “o termo de bem viver” às prostitutas, para elas não ofenderem o decoro público ou as pessoas. A esperança era de que elas não desrespeitassem os bons costumes, a tranqüilidade pública e a paz das famílias. Segundo os delegados de polícia, as prostitutas que possuíssem tal documento eram merecedoras de permanecerem na Rua Sá Andrade, pois cumpriam com as determinações, ou seja, não saíam de casa antes do anoitecer e, mesmo à noite, quando estavam nas ruas, não permaneciam embriagadas nem pronunciavam palavrões. De certa forma “o termo de bem viver” era uma espécie de atestado que autorizava a mulher portadora a trafegar na rua, mesmo se tratando de uma prostituta, ou seja, atestava que se tratava de uma prostituta comportada, enquadrada nas determinações da sociedade, sobretudo porque sabia o seu lugar na cidade. (Lei nº 336 – 21/10/1910 – Código Criminal do Estado da Parahyba. Cidade da Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1912).

Várias mulheres residentes nos bordéis localizados à Rua Sá Andrade foram convidadas a comparecerem à delegacia, acusadas de crime contra a moral, motivo pelo qual as prostitutas Erotides, Valentina, Ana, Lourdes e Lucimar tiveram que receber do Chefe de Polícia o “termo de bem viver”, para se diferenciarem das “arruaceiras” e, desta feita, se recolherem às suas residências, sob pena de serem condenadas à prisão. Para as elites a tão sonhada modernidade significava a manutenção da ordem, da moral pública e dos bons

costumes, e o combate à prostituição, à baderna e à arruaça. Por isso, não foram apenas os bordéis da Rua Sá Andrade que estiveram no alvo da polícia, mas também A Pensão Brasil, localizada no Varadouro. Essa pensão era o ponto de encontro das classes pobres, daí ela ser constantemente um local de entretenimento, freqüentemente invadido pelos delegados de polícia e por seus guardas, com o propósito de prender homens e mulheres que se excediam na cachaça, mas também de pôr fim às festas noturnas ocorridas ao longo de toda a noite.

Há indícios que para as autoridades e os formadores de opinião, o próprio comportamento dos pobres era contagioso de forma que poderia contaminar outras classes. Neste sentido, a Pensão Brasil embora tenha se constituído em mais um espaço de lazer dos homens pobres, nela também se encontravam os intelectuais e alguns estudantes. Devido à suspeita de que hospedava prostitutas e pelo fato das maxixadas ocorridas nesse local ultrapassarem as vinte e duas horas, o seu proprietário constantemente era convidado a comparecer à delegacia e prestar os devidos esclarecimentos sobre tais fatos. (A União – 02/04/1913, p. 03).

Para o delegado, a polícia sempre agiria quando necessário, sobretudo, porque era comum se encontrarem nas dependências da pensão:

os amantes da modinha e afeitos quase sempre ao copo e cacete indisciplinado. Todas as noites ali se improvisam as maxixadas, sambas e outras diversões de igual montam que se estendem a tantas horas da madrugada, incomodando a vizinhança pacata naquelas imediações e, é raro quando não acabam em sarilho grosso, onde o sangue corre, as obscenidades surgem e a polícia intervém. (Id. Ibid).

Para uma elite que se vestia à francesa e morava em residências inspiradas na arquitetura neoclássica, era inconcebível aceitar as formas dos homens e mulheres populares se divertirem; seus sons e ritmos eram abusivos aos ouvidos dos modernos cidadãos, acostumados às retretas no Jardim Público. Esperavam-se providências cabíveis que impedissem, nessa pensão, a realização das festas noturnas, por não se tratar de entretenimentos sadios e indicados aos estudantes, mas verdadeiras badernas freqüentadas pelas mulheres de vida airada, a exemplo das prostitutas. O jornalista de *A Imprensa* esperava que o delegado não só coibisse as festas, como fechasse a pensão definitivamente; só assim a ordem voltaria àquela localidade. (Id. Ibid.)

Embora os jornalistas não enxergassem a Pensão Brasil como espaço digno, havia quem a defendesse. Vários intelectuais foram a favor da sua permanência, pois alguns costumavam freqüentá-la e participar das rodas de samba que lá ocorriam ou das cantorias improvisadas. Nesse ínterim, os menos exaltados concordavam com a proposta de controlar o funcionamento da pensão, de forma que não ultrapassasse a meia-noite. Mas os amantes da

noite a queriam livre de qualquer intervenção policial; assim, enquanto houvesse cachaça e um casal no salão, a festa prosseguiria. Ainda que muito dos assíduos frequentadores desse estabelecimento terminassem a noite num minúsculo cubículo da delegacia de polícia, ou talvez, quem sabe, fossem cantar e dançar samba e maxixe nos arrabaldes da cidade, ela permaneceu animando as noites dos que para lá acorriam. A prisão foi destino dos estivadores Manuel Prudêncio e Luiz Alves Ferreira, encarcerados quando se divertiam numa festa da Pensão Brasil. Esses populares, segundo o guarda de plantão nas imediações, estavam bêbados e não atenderam à determinação de encerrarem a roda de samba ali realizada. (A União – 04/03/1913, p. 03).

Os dois foram presos unicamente em função de estarem se divertindo num lugar considerado pelas elites como incompatível ao homem trabalhador e pai de família. Essa medida policial é uma evidencia de que “é a divisão do trabalho que fornece os princípios de ordenamento do espaço”. (PERROT, 1988: 56)

O processo produtivo exigia que, no dia seguinte, os estivadores estivessem dispostos a continuarem a executar suas atividades; para quem passava a noite nas bebedeiras e diversões ocorridas na Pensão Brasil, era impossível cumprir tal propósito.

O fato das classes pobres terem sido alocadas nas Ruas da Raposa, do Melão, num trecho da Rua da República, e terem seus espaços de lazer preteridos, não foram suficientes à manutenção da ordem pública, tão desejada pelas elites. No geral, as classes pobres não foram beneficiadas pelo processo de modernização e descumpriram as leis. As elites, por sua vez, ressuscitaram relações sociais característica do meio rural e mantiveram a cidade numa condição que lhe era favorável. (BARRETO, 1996: 35)

Por esse motivo, a Parahyba se constituiu num complexo urbano e rural entrelaçado por práticas ora interceptadas compondo a cidade salubre, ora distanciadas, deixando emergir a sua face insalubre. Contra essa última feição, os técnicos desejaram, com suas ações urbanísticas, desconstruí-la, empreendendo verdadeiras batalhas e, desta feita, revelaram os pobres num cenário que as elites insistiam em tornar higiênico e civilizado.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas contradições do espaço”. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920**. Tradução de Cecy Ramires Maduro. – Brasília: Editora da UNB, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro. (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)”. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo: ANPUNH/HUMANITAS, vol. 19, nº 37, 1999.

SILVA, José Borzacchiello da. “Espaço e contradições”. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.